

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

2 a 6 de setembro de 2024

## Nesta Edição

- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [Governo Digital](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Ambiental](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

## Internet

- **Designado relator de PL que proíbe publicidade em sites com fake news.** O senador **Esperidião Amin** (PP/SC) foi designado relator do [PL 2922/2020](#) (*publicidade em sites que veiculem fake news*), no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital. Aguarda-se, na Comissão, a apresentação de parecer do relator para inclusão na pauta. Após a análise da CCDD, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Se aprovado, vai à Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário do Senado*.
- **Designado relator de PL que criminaliza a criação e divulgação de fake news.** O senador **Eduardo Girão** (NOVO/CE) foi designado relator do [PL 2374/2024](#) (*criminaliza a criação e divulgação de notícias falsas – fake news*) na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Aguarda-se apresentação do parecer do relator para inclusão do projeto na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCDD, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Caso aprovada, a matéria será remetida à Câmara dos Deputados – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

## Segurança Cibernética

- **Ministério da Justiça vai capacitar servidores em cibersegurança e direitos digitais.** O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), anunciou a abertura de três editais para selecionar instituições de ensino superior que irão oferecer especializações a 680 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), com um investimento total de aproximadamente **R\$ 3,6 milhões**. As capacitações articularão temas de vital importância para o campo da tecnologia, como direitos digitais e segurança cibernética, inteligência e inovação no combate ao crime organizado, além de proteção a pessoas vulneráveis. O curso focado em direitos digitais e segurança cibernética, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Direitos Digitais (Sedigi) do MJSP, é considerado fundamental para modernizar e aprimorar as operações de segurança pública, capacitando os agentes a compreender, prevenir e combater crimes cibernéticos. Este treinamento visa não apenas a proteção da sociedade, mas também a salvaguarda de **infraestruturas críticas**, refletindo uma preocupação em adequar as políticas públicas às novas dinâmicas e desafios impostos pelo ambiente digital. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **STF, PF e Anatel foram alvo de ataque hacker após suspensão do X.** Nos últimos dias, sistemas do Supremo Tribunal Federal (STF), da Polícia Federal (PF) e da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) enfrentaram ataques cibernéticos, uma coincidência notável com a suspensão da plataforma X no Brasil. Em comunicado, o STF relatou que detectou uma quantidade anormal de acessos simultâneos em sua rede na quinta-feira, 29 de agosto de 2024, um dia após o ministro Alexandre de Moraes ter determinado que a rede social indicasse um representante no Brasil para evitar sua suspensão. O Tribunal afirmou que o sistema ficou fora do ar por menos de 10 minutos, mas **não houve prejuízo nas operações**. Em paralelo, a PF confirmou que também está investigando um ataque cibernético ocorrido na terça-feira (3), que causou instabilidades em seus serviços. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Fornecimento de dados biométricos preocupa 60% dos usuários de Internet brasileiros, mostra pesquisa do Cetic.br.** Uma pesquisa recente do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) destaca uma crescente preocupação dos brasileiros em relação ao fornecimento de dados biométricos, superando a apreensão em relação a outras informações pessoais sensíveis, como orientação sexual ou cor. Publicada nesta segunda-feira (2), a 2ª edição do estudo “Privacidade e proteção de dados pessoais: perspectivas de indivíduos, empresas e organizações públicas no Brasil” revela que **60% dos internautas**, com 16 anos ou mais, expressaram preocupação significativa sobre seus dados biométricos. Mais especificamente, 32% afirmaram estar “muito preocupados” e 28% “preocupados”. As preocupações relacionadas a esses dados estão muito ligadas a métodos de identificação, como impressão digital e reconhecimento facial, com 86% e 82% dos participantes, respectivamente, relatando receios. Além disso, a pesquisa identifica que os segmentos que geram mais apreensão quanto à coleta de informações biométricas incluem instituições financeiras (com 37% “muito

preocupados” e 36% “preocupados “), órgãos de governo (35% e 38%) e transporte público (34% e 37%). Com informações de: [CGI.br](http://CGI.br)

- **Mecanismos alternativos à biometria tem relator definido na CFT.** O deputado **Gilberto Abramo** (REP-MG) foi **designado relator** do [PL 21/2019](#) (*mecanismos alternativos à biometria*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), sendo aberto prazo para oferecimento de emendas – *o qual deve se estender ao longo do mês de setembro*. A matéria aguarda o parecer do relator ao projeto, ao [substitutivo da CDC](#) e às eventuais emendas para ser votado na Comissão. Já aprovado pela CDC, após a análise pela CFT, o projeto será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto seguirá para deliberação pelo Senado Federal – *salvo interposição de recursos para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.

## Inteligência Artificial

- **Especialistas criticam proposta de regulamentação da inteligência artificial.** A Comissão Temporária responsável pela análise do projeto de regulamentação da inteligência artificial no Brasil ([PL 2338/2023](#)) realizou uma audiência pública voltada à discussão sobre autorregulação, boas práticas e riscos associados à tecnologia. A reunião, solicitada pelo senador **Marcos Pontes** (PL-SP), gerou um intenso debate sobre as abordagens do texto. Críticas surgiram em relação ao fato de que a proposta se concentra excessivamente nos riscos da inteligência artificial, sem abordar suas potencialidades para o mercado de trabalho. O advogado e especialista em tecnologia, **Ronaldo Lemos**, que participou da discussão, apontou a necessidade de incluir no debate questões fundamentais como a capacitação de trabalhadores e o aumento da produtividade. Lemos questionou de que maneira o Brasil poderia preparar seus cidadãos para o futuro profissional em um cenário marcado pela convivência com a IA. Para ele, a regulamentação deve priorizar também aspectos que favoreçam a competitividade e a formação adequada da força de trabalho, em vez de se limitar à análise de riscos. O senador Marcos Pontes, por sua vez, destacou que um dos principais obstáculos na regulamentação é encontrar um **equilíbrio** que permita a inovação e o desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial pelas empresas nacionais, sem que isso resulte em restrições excessivas.  
Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Inteligência Artificial: regulação global ganha seu primeiro ato.** No contexto da crescente influência da inteligência artificial (IA) na sociedade, um marco significativo foi alcançado com a assinatura do primeiro tratado internacional sobre uso e padrões para essa tecnologia, envolvendo países como **Estados Unidos, Reino Unido, Israel, Noruega** e os membros da **União Europeia**. A formalização do acordo ocorreu durante uma reunião dos ministros da Justiça do Conselho da Europa, em Vilnius, na Lituânia, e resultou de dois anos de trabalho colaborativo entre mais de 50 nações. Conforme noticiado pelo Financial Times, o tratado estabelece a responsabilidade dos signatários em relação a resultados prejudiciais ou discriminatórios gerados por sistemas de IA, além de garantir que tais resultados respeitem os direitos de igualdade e privacidade. O ministro de Ciência do Reino Unido, **Peter Kyle**, enfatizou a relevância desse primeiro passo global, especialmente em um cenário de inovação acelerada.

Entretanto, o tratado ainda deve ser ratificado por cinco signatários, sendo três deles membros do Conselho da Europa. Embora descrito como “legalmente executável”, críticos apontam que o documento não prevê **sanções diretas**, como **multas**, e sua conformidade dependerá majoritariamente do monitoramento, o que gera preocupações sobre a eficácia da execução.

Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Designado relator para PL que institui solicitação de patente em nome de sistema de IA.** O deputado **Leonardo Gadelha** (PODE-PB) foi designado novo relator do [PL 303/2024](#) (*Solicitação de patente em nome de sistema de IA*), no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI). A matéria aguarda a apresentação do parecer do relator para ser incluída na pauta deliberativa da Comissão. Após deliberação pela CCTI, o projeto seguirá para as Comissões de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Caso aprovado, será remetido para apreciação do Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **Designado relator para PL que aumenta penas em crimes contra a honra com o uso de IA.** O senador **Sergio Moro** (UNIÃO/PR) foi designado relator do [PL 146/2024](#) (*aumento das penas em crimes contra a honra com o uso de IA*) na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). A matéria aguarda a apresentação do parecer do relator para ser votado pela Comissão. Após a análise pela CCDD, projeto será deliberado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Se aprovado, será remetido para apreciação da Câmara dos Deputados – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário do Senado Federal*.

## Transformação Digital

- **FUST: aprovado Plano de Aplicação de Recursos para o triênio 2024-2026.** Foi publicado, no Diário Oficial da União (DOU) de terça-feira (3) o [Acórdão FUST nº 38/2024](#), que aprova proposta de Plano de Aplicação de Recursos para o triênio 2024-2026 apresentada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como **agente financeiro** do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). O plano contempla o **repasse de recursos orçamentários disponíveis** nas modalidades **não reembolsável e reembolsável** do ano de 2024 para o BNDES, que foi o único agente financeiro a apresentar um Plano de Aplicação de Recursos. A operacionalização oficial de crédito do FUST utilizará recursos da Lei Orçamentária Anual de 2024, que deverá ser formalizada através de um aditivo ao Contrato Fust BNDES nº 149/2022, mediante abertura de crédito. O crédito será destinado a programas que atendam aos objetivos do Fust, conforme definido na [Lei nº 9.998/2000](#), nas modalidades de: apoio **não reembolsável**; apoio **reembolsável**; e **garantia**. O valor autorizado para empréstimo de recursos do Fust ao BNDES no exercício de 2024 será de até **R\$ 1.200 bilhão**, sujeito à disponibilidade orçamentária. Além disso, a estimativa de captação de recursos junto ao Fust em **2025 e 2026** será de até **R\$ 864 milhões**, em cada um dos exercícios, condicionada à aprovação das leis orçamentárias anuais dos exercícios correspondentes, inclusive quanto a eventuais créditos suplementares.

- » O documento também prevê financiamento direto a projetos, quando for celebrado contratos de financiamento entre o BNDES e seus clientes finais. A proposta, poderá ser destinada a: prover **conectividade em escolas públicas** urbanas e rurais; expandir a cobertura do serviço móvel pessoal (SMP), com **tecnologia 4G ou superior**, em áreas rurais, áreas urbanas e rodovias estaduais sem atendimento e em áreas urbanas com baixa qualidade de rede e/ou baixa renda, segundo critérios definidos pela Anatel; apoiar a construção de rede de transporte, incluindo redundância, em municípios e localidades mal atendidos; apoiar a construção de rede metropolitana/de acesso para municípios ou setores censitários, com baixa penetração de banda larga.
- **FUST: alterada a redação dos objetivos estratégicos.** Foi publicada, no Diário Oficial da União (DOU) de segunda-feira (2), a [Portaria nº 14.361/2024](#), que altera [a Portaria nº 6.098/2022](#), que estabelece os objetivos estratégicos para o quinquênio 2022-2027 do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). A medida altera a redação de trechos dos objetivos estratégicos para o quinquênio 2022-2027 do FUST, que passa a vigorar com as seguintes mudanças: **(i)** expandir a cobertura do serviço móvel pessoal (SMP), com tecnologia 4G ou superior, nas **rodovias federais** e estaduais brasileiras sem atendimento; **(ii)** conectar pontos públicos de interesse à internet em banda larga; **(iii)** promover a conectividade de pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio de subsídios; e **(iv)** **expandir** a infraestrutura de data centers em municípios ou setores censitários.

## Educação

- **Designado relator de PL que altera a Política de Inovação Educação Conectada.** O deputado **Pedro Campos** (PSB-PE) foi designado novo relator do [PL 2857/2021](#) (*altera a Política de Inovação Educação Conectada*) no âmbito da Comissão de Educação (CE). A matéria aguarda a apresentação do parecer do relator para ser incluída na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Destaca-se que o relator anterior, Thiago de Joaldo (PP/SE) sugeriu a aprovação do projeto na forma de substitutivo que **retira** as menções à velocidade de referência de 300 megas, estabelecendo que o incentivo fiscal a ser concedido às Empresas de Telecomunicações contratadas será concedido àquelas que disponibilizarem “*infraestrutura física compatível com a velocidade mínima contratada às escolas públicas urbanas e rurais da educação básica*” a ser definido pelo governo federal, nos termos de regulamento. Após a apreciação da CE, a matéria deverá ser apreciada pelas Comissões de Comunicação (CCOM), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, será remetida ao crivo do Senado Federal – *salvo interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.

## Mídias Sociais

- **Inquérito das fake news no STF completa 2.000 dias sem previsão de conclusão.** O inquérito das fake news, sob a relatoria do ministro **Alexandre de Moraes** no Supremo Tribunal Federal (STF), completou 2.000 dias nesta segunda-feira (2). A investigação, que se iniciou em

14 de março de 2019, foi criada pelo ex-presidente da corte, **Dias Toffoli**, e ganhou contornos polêmicos ao ser instaurada “de ofício”, sem uma solicitação prévia da Procuradoria-Geral da República, conforme é habitual. Apesar de não haver uma data definida para seu encerramento, o atual presidente do STF, **Luís Roberto Barroso**, comentou em entrevista à Folha que o término do inquérito “não está distante”. Esta investigação tem como foco a disseminação de notícias falsas e suas implicações, um tema de relevância crescente, especialmente no contexto digital, onde a tecnologia é um fator crucial para a propagação de desinformação. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)

- **Agência dos EUA critica Anatel por suspensão do X e pede reunião.** O comissário da FCC (Comissão Federal de Comunicações dos EUA), **Brendan Carr**, enviou uma carta contundente ao presidente da Anatel, Carlos Manuel Baigorri, em resposta à decisão do ministro **Alexandre de Moraes**, do STF, que determinou o bloqueio do X (ex-Twitter) no Brasil. Carr expressou preocupação com o impacto dessa medida e outras semelhantes, respaldadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, segundo ele, estão minando a confiança das empresas norte-americanas no mercado brasileiro. O comissário condenou as ações da Anatel, considerando-as como “**censura**”, e argumentou que elas representam um “conjunto de ações políticas em cascata, aparentemente ilegais e partidárias”, afetando negativamente empresas com vínculos nos EUA. Além do X, Carr destacou o bloqueio das contas da Starlink, operadora de internet via satélite, que, segundo ele, não violou nenhuma legislação, mas pode enfrentar a suspensão de seus serviços devido a essas decisões. Com informações de: [Poder 360](#)
- **Nunes Marques quer ouvir PGR e AGU em ações sobre suspensão do X.** O ministro **Nunes Marques**, do Supremo Tribunal Federal (STF), requisitou que a **Advocacia-Geral da União** (AGU) e a **Procuradoria-Geral da República** (PGR) se manifestem sobre ações que contestam a suspensão da plataforma X, anteriormente conhecida como Twitter, no Brasil. As Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) [1188](#) e [1190](#), protocoladas pelo partido Novo e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), questionam a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que, respaldado pela Primeira Turma do Tribunal, determinou a suspensão devido ao descumprimento repetido por parte da empresa em relação a ordens da Corte, além de multas não pagas. O partido Novo argumenta que as redes sociais desempenham um papel crucial para o interesse público e as liberdades civis, promovendo a liberdade de expressão e a interação social. Com informações de: [Teletime](#)
- **PL que criminaliza interferência ilegal em redes sociais tem relator definido.** O senador **Zequinha Marinho** (PODE/PA) foi designado relator do [PL 1375/2024](#) (*criminaliza a censura e interferência ilegal em redes sociais*) na Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD). Aguarda-se apresentação do parecer do relator para inclusão do projeto na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCDD, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Defesa da Democracia (CDD). Caso aprovada, a matéria será remetida à Câmara dos Deputados – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário*.

## Governo Digital

- **Governo volta a defender 'nuvem soberana', mas sem assegurar recursos.** A ministra de Ciência e Tecnologia, **Luciana Santos**, detalhou na última quarta-feira (4), na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIa). Um dos principais projetos destacados é a “nuvem soberana”, uma inovação de armazenamento de dados que teria como base tecnologias nacionais, embora a ministra não tenha fornecido detalhes sobre a proporção de componentes brasileiros no sistema. A aplicação prática dessa nuvem, segundo Luciana, incluiria a integração de informações do Bolsa Família com dados do Ministério do Trabalho, visando facilitar a busca por emprego para os beneficiários. Para viabilizar a nuvem soberana, está previsto um aporte de até **R\$ 1 bilhão** durante o período do projeto. A ministra ressaltou a importância de proteger informações sensíveis de instituições como a Embrapa, o SUS e dados sobre a biodiversidade nacional, com o intuito de evitar que informações estratégicas sejam acessadas por entidades estrangeiras. Com informações de: [Teletime](#)

## PD&I

- **CCT recebe ministra para debater sobre internet e inteligência artificial.** A Comissão de Ciência e Tecnologia ouviu, nesta quarta-feira, a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, que apresentou detalhes sobre o **Programa Conecta e Capacita** e o **Plano Brasileiro de Inteligência Artificial**. Durante a audiência pública, a ministra enfatizou a importância de investimentos em internet de qualidade, no valor de **R\$ 640 milhões** até 2026, voltados para impulsionar pesquisas e projetos educativos. O Programa Conecta e Capacita visa não apenas a inclusão, mas também à capacitação profissional, integrando iniciativas como o “Ciência na Escola”, que criará laboratórios de robótica, planetários e áreas para experimentação química. Além dessas ações, o programa prevê a construção de 19 infovias estaduais e a criação de centros de cibersegurança e armazenamento em nuvem, que estão interligados com o plano de inteligência artificial. Ao todo, a iniciativa abrange 31 ações, desenvolvidas em colaboração com sete ministérios, e deve receber um investimento significativo de R\$ 23 bilhões nos próximos cinco anos, com o intuito de modernizar a infraestrutura tecnológica do país e formar profissionais aptos a atuar nesse setor em expansão. A ministra destacou que essas medidas buscam não apenas melhorar a qualidade do acesso à internet, mas também fomentar o desenvolvimento de tecnologias que impactem diretamente na educação e no mercado de trabalho. Com informações de: [Agência Senado](#)
- **Investimentos em data centers impulsionam o setor nas regiões Norte e Nordeste.** Executivos do setor de telecomunicações e infraestrutura se reuniram para debater estratégias e desafios na construção e operação de data centers no Brasil, com ênfase nas regiões Norte e Nordeste. O painel, intitulado “Os investimentos das operadoras de telecomunicações e empresas de infraestrutura em Data Centers,” ocorreu durante a 1ª Edição do TS Data Center Cloud Summit, promovido pelo Tele Síntese. A ampliação dos data centers é considerada uma ação estratégica para operadoras e empresas, visando atender à crescente demanda por conectividade e serviços em nuvem. No entanto, os participantes do evento alertaram que esse crescimento é obstaculizado por uma série de desafios, que incluem a adequação da regulamentação, a escassez de energia e as complexidades relacionadas à localização geográfica dos centros. A discussão destacou a importância de encontrar soluções que

possibilitem o desenvolvimento efetivo dessa infraestrutura crucial para o futuro da tecnologia e da comunicação no país. Com informações de: [Tele Síntese](#)

- **Decreto altera e aprova nova Estrutura Regimental de Cargos em Comissão e Funções de Confiança do INEP.** O [Decreto nº 12.158](#), publicado em 2 de setembro de 2024, altera [Decreto nº 11.204](#) e estabelece mudanças na estrutura organizacional do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), destacando a **criação do Centro de Tecnologia, Inovação e Ciência de Dados e da Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais**. Com vigência a partir de 30 de setembro de 2024, o novo Centro de Tecnologia será responsável por desenvolver e manter mecanismos para a disseminação de informações educacionais, gerenciar dados das avaliações educacionais e aprimorar os sistemas informatizados e bancos de dados do INEP. Além disso, será encarregado de definir formatos e linguagens adequadas para diferentes perfis de usuários e de gerenciar as atividades relacionadas ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação. Em contrapartida, a Diretoria de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica terá a função de estabelecer diretrizes para as avaliações desse segmento educacional, promovendo a articulação com as esferas federal, estadual, distrital e municipal de ensino, além de coordenar ações de avaliação dos cursos e instituições dessa modalidade.
- **Relator é favorável à destinação de recursos do FNDCT para o fomento da telessaúde, teleassistência e a educação à distância.** O deputado **Delegado Paulo Bilynskyj** (PL/SP) apresentou parecer favorável ao [PL 626/2024](#) (*destinação de recursos públicos para telessaúde e EaD*) na Comissão de Educação (CE). A matéria encontra-se pronta para ser incluída na pauta da Comissão. Após análise da CE, o projeto passa ainda pelo crivo das Comissões de Saúde (CSAUDE); de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI); de Finanças e Tributação (CFT); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo se interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Economia & Tributário

- **Especialistas apontam que reforma tributária é essencial para desbloquear o crescimento da indústria brasileira.** A carga tributária do setor da indústria brasileira, que gira em torno de 42% – o dobro da média de outros países emergentes – representa um grande obstáculo, conforme a Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Luiz Carlos Moraes**, da Mercedes Benz, destacou a expectativa de que a reforma simplifique as operações das empresas, permitindo um avanço mais robusto no setor. **Rafael Lucchesi**, também da CNI, complementa que a projeção é de um crescimento adicional de 2,3% para a indústria nos próximos anos, reforçando a visão otimista da agenda industrial. Além da reforma tributária, a transição energética é considerada vital para o futuro da indústria brasileira, dada a capacidade do país em gerar energia limpa e de baixo custo. Lucchesi enfatiza que a precificação de emissões de carbono globalmente pode beneficiar o Brasil, que possui uma matriz energética favorável, tornando-se um potencial líder em uma nova fase de industrialização sustentável. Com informações de: [CNN Brasil](#)

- **Reforma tributária gera preocupações entre os setores de comércio e serviços.** Durante audiências na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), representantes dos segmentos de comércio e serviços alertaram que a mudança na tributação, pode intensificar a carga sobre micro e pequenas empresas que operam sob o Simples Nacional, acabará sendo repassada ao consumidor final. A advogada **Karoline Lima** indicou que a proposta reduzirá os créditos tributários de médias e grandes empresas ao adquirir produtos desses pequenos empreendimentos, o que as tornaria menos atrativas. Ela destaca que esse cenário pode levar à perda de empregos e desenvolvimento econômico. Além disso, o setor de serviços, responsável por 60% dos empregos com carteira assinada no Brasil, já enfrenta uma carga tributária que pode saltar de 8,65% para 26,5%, conforme aponta a especialista **Francine Fachinello**. Com informações de: [Senado Federal](#)
- **Ministro da Fazenda afirma que Appy fez o possível para evitar exceções na reforma tributária.** Durante sua participação na Expert XP 2024, em São Paulo, Haddad destacou o trabalho do secretário da reforma, **Bernard Appy**, para minimizar a inclusão de exceções, mas ressaltou que, dada a natureza da emenda constitucional, não há espaço para veto. Ainda, argumentou que o Brasil, que atualmente possui uma das alíquotas de consumo mais altas do mundo, está prestes a transformar seu sistema tributário, apresentando agora oportunidades para um modelo mais transparente e eficaz, com a expectativa de um aperfeiçoamento continuado. A informação técnica do Ministério da Fazenda, divulgada na semana passada, sugere que as recentíssimas modificações feitas na proposta de reforma, com o PLP 68/2024, aumentaram em 1,47 ponto percentual a alíquota-padrão. Haddad observou que o ideal seria um sistema **sem exceções**, resultando em uma alíquota em torno de 21% ou 22%, alinhando-se às melhores práticas internacionais. Ele ainda reafirmou que, apesar das exceções inevitáveis, a reforma criará benefícios significativos e facilitará futuras alterações no sistema tributário. Com informações de: [InfoMoney](#)
- **Aprovada no Senado, MP que liberou recursos para o RS será convertida em lei.** O Senado Federal aprovou, em votação simbólica, a medida provisória que destina **R\$ 12,2 bilhões** no orçamento de 2024 para ações emergenciais em resposta às enchentes no Rio Grande do Sul. Publicada em 11 de maio e aprovada na Câmara dos Deputados em agosto, a [MP 1.218/2024](#) foi aprovada sem emendas, mantendo o texto original do Executivo. Com a conversão em lei, a medida agora aguarda promulgação. O maior montante, **R\$ 4,95 bilhões**, será alocado ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito, previsto na [MP 1.216/2024](#). Além disso, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) receberá **R\$ 4,5 bilhões**, provenientes do Fundo Garantidor de Operações (FGO). As pequenas e médias empresas também serão beneficiadas, com **R\$ 450 milhões** destinados às cotas do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Com informações de: [Agência Senado](#)
- **STF reafirma validade de cobrança de diferenças do ICMS para empresas que optam pelo Simples Nacional.** O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a validade de normativa que impõe às empresas optantes pelo Simples Nacional a obrigação de recolher a diferença de alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas operações interestaduais. A conclusão foi alcançada durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6030, encerrado em 16 de agosto. O Simples Nacional, que visa

simplificar a arrecadação de tributos, permite que micro e pequenas empresas paguem diversos impostos em um único documento. No entanto, a legislação que norteia o ICMS nas operações interestaduais é a mesma aplicável a outras empresas, o que gerou questionamentos por parte da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A OAB argumentou que a legislação, ao exigir o recolhimento do ICMS em documento separado e com alíquota variável, contraria a proposta de desburocratização tributária e desrespeita o tratamento diferenciado para pequenas empresas estipulado pela Constituição. Com informações de: [Agência Senado](#)

- **Lira é “parceiro” e ajudará governo com JCP e CSLL, diz Dario.** Em uma declaração realizada nesta segunda-feira (2), o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, **Dario Durigan**, demonstrou otimismo ao afirmar que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), será um “parceiro” na busca por alternativas que visem o **ajuste fiscal**. A declaração de Durigan surgiu em resposta a comentários recentes de Lira, que, em uma análise sobre a possibilidade de aumentar tributos como os Juros sobre Capital Próprio (JCP) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), afirmou que considerava “quase impossível” que o Congresso apoiasse esses aumentos para auxiliar o governo na consecução da meta fiscal do ano de 2025. Com informações de: [Poder 360](#)
  
- **Lira diz que aumento de tributos sobre empresas e acionistas é ‘quase impossível’ de ser aprovado.** Em painel durante o Expert Week, em São Paulo, o presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP-AL), rejeitou a possibilidade de aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do imposto sobre a renda retido na fonte relacionado aos Juros sobre Capital Próprio (JCP). Lira afirmou que a discussão sobre esses potenciais elevações para aumentar a arrecadação e cumprir metas fiscais é “improvável” e “quase impossível”. O governo havia encaminhado ao Congresso na sexta-feira um projeto de lei que propõe um acréscimo de 1 ponto percentual na alíquota da CSLL para as empresas e de 2 pontos percentuais para as instituições financeiras. Além disso, a proposta sugere eleva de 15% para 20% a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte referente aos JCP, com a expectativa de que essa mudança possa gerar uma arrecadação adicional de R\$ 20,94 bilhões em 2025. No entanto, Arthur Lira enfatizou a dificuldade de aprovar qualquer aumento de tributos, sinalizando um cenário desafiador para o governo em sua busca por maiores receitas fiscais. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)
  
- **Haddad rebate Lira e diz que JCP precisa ser “corrigido”.** O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, respondeu às declarações do presidente da Câmara, **Arthur Lira**, sobre a possibilidade de aumentar o Juro sobre Capital Próprio (JCP) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas. Durante uma entrevista na terça-feira (3 de setembro de 2024), Haddad defendeu que a correção do JCP é necessária e que sua aprovação no Congresso seria viável. Ele enfatizou que a discussão sobre a necessidade de revisar essa questão já se arrasta há algum tempo e que, embora alguns setores não expressem publicamente, há um reconhecimento de que a distorção relacionada ao JCP precisa ser abordada. A fala de Lira, em que ele considera “quase impossível” o apoio do Congresso a um aumento desse tributo, contrasta com a visão do ministro, que acredita que a crítica situação fiscal do governo pode ser mitigada através dessa mudança. Com informações de: [Poder 360](#)

- **Haddad atrela manutenção de metas fiscais à compensação da desoneração.** O ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**, afirmou que o cumprimento das metas fiscais da União está diretamente ligado à compensação das perdas tributárias decorrentes da desoneração da folha de pagamento. Durante uma entrevista à GloboNews na manhã desta quarta-feira (4), Haddad esclareceu que, se houver uma compensação efetiva para a desoneração, cuja reoneração será realizada de forma escalonada, não há justificativa para revisar o planejamento fiscal estabelecido anteriormente pelo ministério. Essa declaração vem à tona em meio a questionamentos sobre a possibilidade de **revisão da meta fiscal** para 2025, que atualmente estipula um déficit primário zero. Haddad lembrou que o governo já fez mudanças em suas diretrizes fiscais anteriormente, já que no início da gestão a previsão era de um superávit de **0,5% do PIB**. Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
  
- **Designado relator para incentivo à doação e venda de equipamentos de informática usados.** O deputado **Kim Kataguirí** (UNIÃO-SP) foi designado relator do [PL 1721/2022](#) (*incentivo à doação e venda de equipamentos de informática usados*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), sendo aberto prazo para oferecimento de emendas ao projeto – o qual pode se estender até a segunda semana de outubro a depender da convocação de novas sessões deliberativas no Plenário da Câmara. Aguarda-se a apresentação do parecer do relator ao projeto, [substitutivo da CCTCI](#) e eventuais emendas para inclusão do projeto na pauta de reunião deliberativa da Comissão. O projeto já foi aprovado com substitutivo pela CCTCI e, após a análise pela CFT, será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.
  
- **Serviços de informação e comunicação cresceram o triplo do PIB desde a pandemia, diz IBGE.** Os serviços de informação e comunicação experimentaram um crescimento notável desde o início da pandemia, triplicando a taxa de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de acordo com dados do IBGE. **Rebeca Palis**, coordenadora de Contas Nacionais da instituição, destacou que essa área teve um avanço de 32% desde o quarto trimestre de 2019, enquanto o PIB nacional subiu cerca de 10% no mesmo período. Esse crescimento acentuado é atribuído à necessidade de digitalização, impulsionada pelo isolamento social imposto pela pandemia. A demanda por soluções tecnológicas, que incluem o desenvolvimento de softwares e aplicativos para videoconferência, ganhou força à medida que empresas e famílias buscavam se adaptar às novas circunstâncias. Com informações de: [Valor Econômico](#)
  
- **Receita altera portaria sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso.** A [Instrução Normativa RFB nº 2.214/2024](#), divulgada pela Receita Federal do Brasil, traz mudanças significativas na regulamentação sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso. A nova norma, que altera a [Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021](#), permite que empresas que apurem créditos fiscais provenientes de subvenções para implantação ou expansão de negócios possam utilizar esses créditos. As empresas poderão solicitar o ressarcimento em espécie ou fazer a **compensação** com débitos tributários existentes ou futuros, desde que estejam devidamente habilitadas pela Receita Federal. Para acessar esses benefícios, as pessoas jurídicas deverão realizar a apuração do crédito fiscal durante a entrega

da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) no período em questão, sendo que o pedido de ressarcimento deve ser feito antes da declaração de compensação.

## Consumidor

- **Minuta do novo Decreto do SAC.** Está disponível a minuta do novo Decreto do SAC – *ainda em análise pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC)* – comentada pela Senacon/MJSP durante a realização da 34ª Reunião com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), no Rio de Janeiro, em 29 e 30 de julho. Segundo declaração do secretário nacional **Wadiah Damous** no evento, as contribuições do SNDC recebidas serão avaliadas para ajustes finais antes da implementação do decreto, com expectativa que o novos Decreto entre em vigor até dezembro. O texto tem como **alvo** o setor regulado, bem como os fornecedores de produtos e serviços em geral. Dentre outras, as **modificações propostas** destacamos: inclusão de fornecedores de produtos e serviços que se relacionam com o consumidor prioritariamente por meio de **canais eletrônicos** dentre o rol de setores a observarem as diretrizes e normas sobre o SAC, **exceto** nos casos em que fornecedor e/ou o conjunto de empresas de seu grupo econômico tenham faturamento anual junto a consumidores residentes no Brasil em valor inferior a R\$ 300 milhões; supressão da exceção de aplicabilidade à oferta e à contratação de produtos e serviços; **suspensão imediata de cobrança**, quando a demanda se tratar de serviço não solicitado ou cobrança indevida, salvo se o fornecedor indicar o instrumento por meio do qual o serviço foi contratado e comprovar que o valor é efetivamente devido.
- **Relator é favorável à reparação integral do tempo em caso de danos ao consumidor.** O deputado Vinicius Carvalho (REP/SP) apresentou parecer pela aprovação com **substitutivo** ao PL 1954/2022 (*reparação integral do tempo em caso de danos ao consumidor*) na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), sendo aberto prazo para oferecimento de emendas ao substitutivo – *o qual pode se estender até a segunda semana de outubro a depender da convocação de novas sessões deliberativas no Plenário da Câmara*. Caso não sejam apresentadas emendas nesse prazo, a matéria estará em condições de ser incluída na pauta deliberativa da Comissão. Em caso de apresentação de emendas, o projeto aguardará a apresentação de novo parecer do relator, desta vez se manifestando sobre tais emendas, para ser colocado em votação na CDC. Apesar de ter apresentado anteriormente parecer pela rejeição da matéria, o relator argumenta que seu substitutivo tem a finalidade de alcançar **situações concretas e fatos objetivos** que recorrentemente ouve dos consumidores brasileiros e de diversas autoridades componentes do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), focando na definição de critérios para **caracterização do dano extrapatrimonial**. Após a análise pela CDC, o projeto será apreciado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovado, seguirá para deliberação pelo Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para votação anterior pelo Plenário da Câmara*.
- **Designado relator para PL que estabelece responsabilidade solidária pela venda de produtos falsificados.** O deputado **Gilson Marques** (NOVO/SC) foi designado relator do PL

[3001/2024](#) (*responsabilidade solidária de plataformas de e-commerce pela venda de produtos falsificados*) na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), sendo aberto prazo para oferecimento de emendas ao projeto – o qual pode se estender até a segunda semana de outubro a depender da convocação de novas sessões deliberativas no Plenário da Câmara. Aguarda-se a apresentação do parecer do relator ao projeto e eventuais emendas para inclusão do projeto na pauta de reunião deliberativa da Comissão. Após análise da CDC, o projeto ainda passa pelo crivo das Comissões de Cultura (CCULT); de Indústria, Comércio e Serviços (CICS); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso aprovada, a matéria será remetida ao Senado Federal – *salvo interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

## Ambiental

- **Portaria altera pontos da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima.** A [Portaria MCTI nº 8.478](#), publicada nesta semana, foi criada para alinhar as iniciativas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase no **ODS 13**, que aborda a ação contra as mudanças climáticas. As mudanças introduzidas por essa portaria incluem uma reformulação na composição do Comitê Diretor da Rede Clima, que agora terá representantes de diversas áreas do MCTI, aumentando a eficácia na coordenação das atividades do comitê. A nova diretriz também promove a inclusão de cientistas renomados e membros de outras instituições no diálogo científico, ampliando a colaboração interinstitucional. Além disso, a **Coordenação-Geral** de Ciência do Clima será responsável pela Secretaria Executiva do comitê, assegurando o suporte administrativo necessário para suas operações. O secretário de Políticas e Programas Estratégicos também receberá a incumbência de designar coordenadores para sub-redes temáticas e de dirimir questões que não estejam claramente definidas nas novas diretrizes, reforçando a organização e o foco das ações relacionadas às mudanças climáticas.

## Trabalhista

- **Gestão e AGU lançam instrumento para facilitar contratações na área de tecnologia da informação.** O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) lançou, em colaboração com a Advocacia-Geral da União (AGU), o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (IPPTIC). Esta iniciativa, que se aplica a cerca de **250 órgãos** do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), visa simplificar e uniformizar os processos de contratação realizados pela Administração Pública Federal, promovendo maior segurança jurídica e minimizando os riscos nas aquisições. segundo **Rogério Mascarenhas**, secretário de Governo Digital do MGI, a parceria é crucial para facilitar tais contratações e, ao mesmo tempo, racionalizar os gastos públicos nos órgãos federais. Este é o terceiro instrumento de padronização desenvolvido entre o MGI e a AGU, sendo os anteriores direcionados a obras e serviços de engenharia e à inovação em serviços públicos. Com informações de: [ASCOM MGI](#)

## Administração Pública

- **Recurso no TCU pode reabrir análise sobre mandatos em agências reguladoras.** O Ministério Público apresentou um recurso que poderá levar o Tribunal de Contas da União (TCU) a reavaliar sua decisão sobre os mandatos de diretores e presidentes de agências reguladoras. O recurso, encaminhado ao ministro **Augusto Nardes**, ainda não tem data definida para análise. Em agosto, o TCU decidiu arquivar um processo que poderia resultar em mudanças na liderança de cinco das onze agências reguladoras, seguindo a perspectiva do ministro Jorge Oliveira. Essa situação ganha relevância no contexto político atual do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois a modificação nas direções das agências poderia abrir espaço para novas negociações políticas. O cenário reflete a tensão entre a esfera da regulação e os interesses políticos, destacando a interseção entre tecnologia e governança, uma vez que as agências reguladoras desempenham um papel crucial na supervisão de setores tecnológicos e de inovação no Brasil. Com informações de: [O Globo](#)
- **MS cria a Câmara Técnica de Saúde Digital e Comunicação em Saúde.** Publicada no Diário Oficial da União (DOU) de segunda (2), a [Resolução CNS nº 751/2024](#) que dispõe sobre a criação da **Câmara Técnica de Saúde Digital e Comunicação em Saúde** (CTSDCS). A criação CTSDCS foi aprovada na **350ª Reunião Ordinária** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), realizada entre 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2024. A CTSDCS foi criada com o objetivo geral de **discutir, apoiar e fortalecer** os processos de trabalho da Comissão Intersectorial de Saúde Suplementar (CISS) e da Comissão Intersectorial de Ciência, Tecnologia e Assistência Farmacêutica (CICTAF), especialmente, na **elaboração de pareceres** e outros subsídios técnicos nos campos da **Saúde Digital** e da **Comunicação em Saúde**. Nesse sentido, possui como principal atribuição a **função** de elaborar **plano de monitoramento das diretrizes da saúde digital e da comunicação em saúde**, a ser encaminhado e apreciado pelo Pleno do CNS.
- **CCS debate a ampliação do colegiado.** O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional realizou no dia 02 de setembro sua **8ª Reunião Ordinária**. A reunião foi conduzida pelo presidente do CCS, **Miguel Matos**. Na ocasião, pautaram **dois itens**: o relatório sobre a proposta de reformulação da [Lei nº 8.389/1991](#) (*institui o CCS*), cujo segundo trecho votado, que visava ampliar a composição do CCS de 13 para 20 membros, incluindo representantes de empresas públicas de comunicação e representantes de empresas e de trabalhadores das áreas de telecomunicações e de publicidade, foi **rejeitado** após conturbada votação; e, a proposta de **alteração no regimento interno do CCS** para autorizar a realização de reuniões de forma remota, sobre a qual o colegiado deliberou pela ampliação da proposta, para incluir outros temas, para além das reuniões remotas.
- **MEC institui Comitê Gestor do Plano de Dados Abertos para elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) 2024-2026.** O Ministério da Educação (MEC) [instituiu a Portaria nº 881](#), datada de 30 de agosto de 2024, que cria o Comitê Gestor de Dados Abertos do MEC (CGDA/MEC) para coordenar a elaboração do Plano de Dados Abertos (PDA) para o biênio

2024-2026. Entre as principais atribuições do comitê estão a confecção do PDA, a definição de formas de participação social na priorização da abertura de bases de dados e a promoção do uso efetivo dessas bases. O comitê terá uma **duração inicial de 90 dias**, podendo ser prorrogado por mais 90 dias, encerrando suas atividades após a aprovação do PDA pelo líder máximo do MEC.

## Política

- **Governo Lula propõe recorde de emendas para 2025 enquanto negocia impasse com STF e Congresso.** O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) encaminhou ao Congresso Nacional, na última sexta-feira, 30, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025, propondo um inédito valor de R\$ 39 bilhões para emendas parlamentares impositivas, que são recursos atribuídos individualmente por deputados e senadores. Essa cifra marca um **recorde histórico** em comparação com orçamentos anteriores, refletindo a intenção de fortalecer o papel do Legislativo na alocação de verbas. Contudo, o governo enfrenta desafios diante da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a liberação do dinheiro e exigiu maior transparência e rastreabilidade das emendas. Em resposta, o Executivo planeja apresentar um projeto visando regulamentar esses recursos nos próximos dez dias. Enquanto isso, o Legislativo busca aumentar o montante destinado a essas emendas, seguindo uma prática dos anos anteriores. Nota-se também um entendimento entre os Poderes sobre a manutenção das emendas de comissão, que se originaram do polêmico orçamento secreto, as quais não constam no projeto inicial, mas deverão ser incluídas conforme a proposta avance no Congresso. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

## Orçamento

- **Lei altera diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentário de 2024.** [A Lei nº 14.958](#), sancionada na terça-feira (3), traz uma significativa alteração nas regras de acesso ao crédito nos municípios do Rio Grande do Sul que estejam enfrentando calamidade pública. Com a aprovação do [PLN 25/2024](#), as agências financeiras oficiais de fomento estão dispensadas de seguir os impedimentos e restrições legais normalmente exigidos para a concessão de créditos a pessoas físicas e jurídicas. Essa medida abrange não apenas novas contratações, mas também renovações e renegociações de financiamentos, que poderão ser realizadas tanto diretamente quanto por meio de agentes financeiros. Um requisito importante que permanece é a necessidade de comprovação da regularidade dos interessados junto ao INSS e a quitação das parcelas do FGTS antes da ocorrência de eventos climáticos adversos.

## Consultas & Compras Públicas

- **Ministério da Saúde abre chamamento sobre renovação de Datacenters e Armazenamento de Dados.** A partir do dia 6 de setembro, às 11h, será realizado um [Chamamento Público](#) para selecionar empresas interessadas em fornecer servidores e

soluções de tecnologia da informação, com foco na modernização da infraestrutura do Datacenter. O edital busca a aquisição de ativos como sistema de hiperconvergência, switches de integração, *storage* e servidores de armazenamento de dados, visando garantir a implementação e o funcionamento adequado da solução completa. Estão previstas a inclusão de duas modalidades de soluções hiperconvergentes, um switch com 48 portas de 10G e sistemas de armazenamento NAS/SAN, além de servidores Oracle. A seleção ocorrerá de maneira remota e mais detalhes podem ser acessados na [plataforma oficial](#) vinculada ao chamamento.

- **Convocada empresas para receber propostas de serviços de licenciamento de software para emissão de MDF-e.** A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou um [Chamamento Público, sob o número 55/2024](#), que visa convocar empresas interessadas a apresentarem propostas para uma pesquisa de mercado. O objetivo é a seleção de uma proposta vantajosa para a contratação de serviços especializados em licenciamento de software que possibilite a emissão de Manifesto de Documento Fiscal Eletrônico (MDF-e) na nuvem. **Não há um prazo estipulado para as inscrições**, e as empresas interessadas devem solicitar o Termo de Referência, documento essencial para a elaboração das propostas, por meio do e-mail: [jonas.fraga@fiocruz.br](mailto:jonas.fraga@fiocruz.br).
- **MTE abre Consulta sobre procedimentos e condições de segurança e saúde no trabalho.** O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou um aviso de consulta pública com o objetivo de receber contribuições até o dia 19 de outubro sobre a proposta de alteração da [Portaria MTP nº 672/2021](#). Essa portaria, que regula aspectos ligados à segurança e saúde no ambiente laboral, foca, em particular, nos procedimentos e requisitos técnicos relacionados à avaliação de equipamentos de proteção individual (EPI). A iniciativa busca aprimorar as normas existentes, promovendo um debate amplo e participativo acerca das melhorias necessárias na legislação. Para mais detalhes sobre a consulta pública e como participar, as informações completas estão disponíveis [aqui](#).

## Nomeações

- **MCTI designa membros do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB).** Por meio da [Portaria MCTI nº 8.482/2024](#) publicada nesta sexta-feira (6), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) designou os membros do Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira (AEB).
- **Transportes anuncia coordenadora-geral de governança e controladoria de TIC.** Nesta semana, **Valéria Ferreira Aguiar Ziembowicz** foi [nomeada](#) para a função de Coordenadora-geral de governança e controladoria de TIC, da Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério dos Transportes (MT).
- **MCom define novo coordenador de Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação.** O Ministério das Comunicações (MCom) publicou nesta semana portaria a fim de

[nomear](#) **Cicero Adriano Farias Santana Alves** para o cargo de Coordenador de Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação, da Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva.

- **GSI exonera diretor de Segurança da Informação.** Nesta semana, foi [exonerado](#) **Luís Sérgio da Costa Souto** do cargo de Diretor do Departamento de Segurança da Informação da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.
- **Substituído coordenador da Academia de Propriedade Intelectual do INPI.** Foi publicada a portaria que [designa](#) **Davison Rego Menezes** para o cargo de coordenador da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (INPI/MDIC), dispensando **Ricardo Carvalho Rodrigues**.
- **MDIC nomeia coordenadora-geral de Comex.** Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) publicou nesta semana portaria a fim de [nomear](#) **Márcia Henriques Ribeiro de Oliveira** para o cargo de coordenadora-geral de Comércio Exterior da Consultoria Jurídica.